

Pós-Graduação Direito 2024

1ª Fase – Conhecimentos Jurídicos

0/0

1

1/100

RM RM

Área de Concentração: Direito Econômico,
Financeiro e Tributário

Subárea: Direito Tributário

Nível: Mestrado



FUNDAÇÃO
UNIVERSITÁRIA
PARA O VESTIBULAR



PROCESSO SELETIVO PARA INGRESSO NO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DA FACULDADE DE DIREITO DA USP 2024

Primeira Fase: Prova de Conhecimentos Jurídicos

Instruções

1. Só abra este caderno quando o fiscal autorizar.
2. Verifique se o seu nome está correto na capa deste caderno e se corresponde à área (subárea) e ao nível em que você se inscreveu. Informe ao fiscal de sala eventuais divergências.
3. Durante a prova, são **vedadas** a comunicação entre candidatos e a utilização de qualquer material de consulta, eletrônico ou impresso, e de aparelhos de telecomunicação.
4. A prova deverá ser feita utilizando caneta esferográfica com **tinta azul ou preta**.
5. Escreva com letra legível e não assine sua dissertação, para não a identificar
6. A resposta deverá ser escrita exclusivamente nas linhas destinadas a ela. O verso das folhas poderá ser utilizado para rascunho e não será considerado na correção.
7. Não haverá tempo adicional para transcrição do rascunho para as folhas definitivas de resposta.
8. Duração da prova: **2h30**. Somente será permitida a saída definitiva a partir das **14h15**.
9. Lembre-se de que a FUVEST se reserva o direito de efetuar procedimentos adicionais de identificação e controle do processo, visando a garantir a plena integridade do exame. Assim, durante a realização da prova, poderá ser coletada por um fiscal uma foto do candidato para fins de reconhecimento facial, para uso exclusivo da USP e da FUVEST. A imagem não será divulgada nem utilizada para quaisquer outras finalidades, nos termos da lei.
10. Ao final da prova, será **obrigatória** a devolução deste caderno.

Declaração

Declaro que li e estou ciente das informações que constam na capa desta prova, bem como dos avisos que foram transmitidos pelo fiscal de sala.

ASSINATURA

O(a) candidato(a) que não assinar a capa da prova será considerado(a) ausente da prova.



RASCUNHO
NÃO SERÁ
CONSIDERADO NA
CORREÇÃO



Área de concentração: Direito Econômico, Financeiro e Tributário

Subárea: Direito Tributário

Questão 1:

Atualmente, no Brasil, é recorrente o diagnóstico de que a prevalência do lançamento por homologação, convertido em verdadeiro “autolançamento”, transferiu aos particulares a incumbência da qualificação dos fatos, da interpretação e da aplicação da lei tributária (processo de privatização da gestão tributária), que a cada ano se torna mais complexa. Nesse contexto, nega-se ao contribuinte a proteção conferida pelo ato administrativo de lançamento, ao mesmo tempo em que se lhe atribui a função de antecipar a interpretação das autoridades fiscais sobre a legislação tributária, sob pena da imposição de multas relevantes caso haja posterior discordância por parte das autoridades fiscais. Em face desse contexto e de acordo com a bibliografia indicada em edital, responda:

- a) Considerando-se as funções do ato administrativo no Estado de Direito (estabilização material, determinação da abrangência da tutela jurídica e executoriedade), quais são as críticas formuladas pela doutrina em relação ao “autolançamento”? Examine, em sua resposta, as alterações havidas na sistemática do lançamento por homologação ao longo dos anos. (2,5 pontos)

b) No contexto do lançamento por homologação, quais as críticas doutrinárias expendidas em face da multa de que trata o art. 44, I, da Lei 9.430/96, aplicável aos casos de falta de pagamento, falta de declaração ou declaração inexata do tributo por parte do sujeito passivo? Em sua resposta, distinga a divergência interpretativa da declaração inexata. (2,5 pontos)

Questão 2:

De maneira geral, o Princípio da Segurança Jurídica consiste em norma-princípio que demanda do Poder Público a adoção de comportamentos que promovam elevado grau de confiabilidade e calculabilidade jurídica para os contribuintes, por meio do controle jurídico-racional das estruturas argumentativas do Direito. A dimensão estática do Princípio da Segurança Jurídica protege a cognoscibilidade do direito, enquanto a sua dimensão dinâmica se refere à transição do passado para o presente pela estabilidade e eficácia normativas, bem como à transição do presente para o futuro, mediante a anterioridade, a continuidade e a vinculatividade normativa. Nesse contexto, considerando-se a bibliografia indicada em edital, responda:

- a) Quais são os fundamentos diretos do Princípio da Segurança Jurídica no Texto Constitucional? Indique os três fundamentos diretos do princípio na Constituição Federal de 1988, esclarecendo a sua contribuição para a reconstrução da norma da segurança jurídica. (2,5 pontos)

b) Quais os requisitos para a aplicação do princípio da proteção da confiança (dimensão subjetiva do Princípio da Segurança Jurídica)? Explique o conteúdo de cada um deles e como se relacionam entre si. (2,5 pontos)

RASCUNHO
NÃO SERÁ
CONSIDERADO NA
CORREÇÃO





RASCUNHO
NÃO SERÁ
CONSIDERADO NA
CORREÇÃO



RASCUNHO
NÃO SERÁ
CONSIDERADO NA
CORREÇÃO



RASCUNHO
NÃO SERÁ
CONSIDERADO NA
CORREÇÃO





RASCUNHO
NÃO SERÁ
CONSIDERADO NA
CORREÇÃO



RASCUNHO
NÃO SERÁ
CONSIDERADO NA
CORREÇÃO





RASCUNHO
NÃO SERÁ
CONSIDERADO NA
CORREÇÃO





Pós-Graduação Direito 2024
1ª Fase – Conhecimentos Jurídicos

0/0

1
1/100

